

Uma moral cabocla da terra: experiência, resistência e revolta de trabalhadores e trabalhadoras nacionais na freguesia de São Bernardo (1883)

A native morality of the land: Experience, resistance and revolt of national workers in the Parish of São Bernardo (1883)

Lucas Gazinhato*

Marilda Aparecida de Menezes**

Resumo: Este artigo discute ações de trabalhadores nacionais na freguesia de São Bernardo, parte da atual região do ABC Paulista, em 1883, relacionadas ao uso tradicional do território, baseado em saberes transmitidos e ressignificados localmente. Analisamos dois episódios: um conflito entre colonos nacionais e alemães, em janeiro, motivado pela invasão de um animal, que resultou em violência e incêndio; e a ocupação e quebra do açude de um moinho do italiano Palharini Veneri, em março. Apesar de distintos, argumentamos que ambos se inserem em disputas maiores sobre formas de apropriação do território, confrontando lógicas tradicionais com novas concepções ligadas à propriedade privada. Propomos que tais práticas de uso territorial, com possíveis influências indígenas e originadas na sesmaria de Amador de Medeiros, foram sendo absorvidas e reelaboradas pela população da região e das proximidades, ao longo do século XIX, desenvolvendo costumes e tradições a respeito da ocupação e circulação de partes da freguesia, que influenciaram os acontecimentos que discutiremos, ocorridos no ano de 1883.

Palavras-chaves: trabalhadores e trabalhadoras nacionais; ABC Paulista; Território.

* Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (ABC Paulista). Mestre em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Graduado em História pela Fundação Santo André (FSA). Também participa do projeto PROEC "O dever da memória e AMA-A: constituição de acervo a partir da memória dos/as metalúrgicos/as anistiados/as e anistiandos/as do ABC Paulista". E-mail: lucas.gazinhato@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9520-9881>.

** Professora Visitante Nacional Senior (CAPES/PVNS) da Universidade Federal do ABC desde novembro de 2012. Pesquisadora do CNPq, nível 1D. Foi professora da Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba e Pesquisadora do Centro de Estudos Migratórios. E-mail: menezesmarilda@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5815-975X>.

Abstract: This article examines the actions of national workers in the Freguesia of São Bernardo, part of the ABC region, in 1883, in defense of customary practices related to traditional land use, shaped over centuries through locally transmitted and reinterpreted knowledge. It focuses on two episodes: a January conflict between national and German settlers sparked by an animal trespass, which escalated into violence and arson; and the March occupation and destruction of a mill dam owned by the Italian Palharini Veneri. Although seemingly unrelated, both events are analyzed as part of broader territorial disputes, in which traditional conceptions of land use clashed with emerging notions of private property. We argue that these customary practices – possibly influenced by Indigenous knowledge and rooted in the communal lands of the Amador de Medeiros sesmaria – were gradually appropriated and reconfigured by the local population throughout the 19th century, shaping patterns of occupation and circulation that informed the 1883 events.

Keywords: National workers; ABC Paulista; Territory.

Introdução

O ARTIGO TEM como objetivo discutir ações de trabalhadores e trabalhadoras nacionais na freguesia de São Bernardo, durante o ano de 1883, ocorridas em torno da defesa de costumes baseados nas práticas em torno do território local, desenvolvidas ao longo de décadas, dentro de uma complexa teia de saberes distintos, transmitidos e ressignificados por esses atores. Os acontecimentos que abordaremos, ocorridos na atual região do ABC Paulista, parecem motivados pelo embate das noções do território daqueles sujeitos com outras concepções na freguesia, representadas nos loteamentos, vendas, cercamentos e proteção da propriedade, sob uma lógica divergente daquela em voga até o início da segunda metade do século XIX.

Iremos abordar dois eventos: o conflito entre colonos nacionais e alemães, em janeiro, devido à invasão de um animal em uma plantação, que culminou em atos de violência e incêndio de propriedade; e a ocupação e quebra do açude do moinho de Palharini Veneri, em março. Mesmo parecendo sem conexão entre si, defendemos neste artigo que ambos ocorreram em um contexto maior de costumes e tradições sobre o território na freguesia, no que se tornaram os núcleos coloniais de São Bernardo Velho, Meninos e suas proximidades. Desde o regime de sesmarias no século XVI, eram locais entendidos como contendo partes de uso comum¹ e

1 Como conceito recorrente neste texto, a ideia de uso comum deriva da noção medieval de terra comum (*Common Land*), em que, naquele contexto, partes de terra eram liberadas por senhores feudais para o livre uso de camponeses em atividades de subsistência, plantação de alimentos e atividades extrativistas. Com o desenvolvimento e difusão do liberalismo, da propriedade privada como forma predominante de acesso à terra no sistema capitalista e do avanço da racionalização e apropriação de recursos naturais, ocorreu o choque com os usos costumeiros das populações camponesas na Europa, bem como de formas costumeiras e tradicionais de proteção e defesa do território, o que gerou conflitos e revoltas especialmente a partir do século XVIII. No caso do Brasil e dos outros países latino-americanos, as terras de uso comum surgem do contexto colonial, porém influenciadas por noções anteriores de alguns povos indígenas sobre o compartilhamento e uso da terra. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de preto, terras de santo, terras

de livre utilização de recursos naturais, como as águas dos afluentes do rio Tamanduateí, por exemplo, que foram sendo, com o tempo, ressignificados para a defesa de novos interesses pelos nacionais.

Os costumes populares, segundo E. P. Thompson, não podem ser analisados como objetos estáticos, que foram construídos no passado e apenas reproduzidos, mas sim elementos vivos, presentes e dialéticos, “um vocabulário completo de discursos, legitimação e expectativa”.² Esses atos de legitimação dos costumes constituíram, inclusive, valores populares ao longo da história, a exemplo das mobilizações de camponeses em torno do fim da regularização dos preços dos grãos na sociedade inglesa do século XVIII. Na sua definição de *Economia Moral*, Thompson teve como foco as reivindicações populares baseadas em acordos seculares entre o campesinato inglês e as autoridades, que criaram um “tecido de costumes e usos” populares.³ Para nós, esta ideia de “tecidos de costumes e usos” parece ser propícia para aplicarmos em nosso estudo sobre os trabalhadores e trabalhadoras nacionais da freguesia de São Bernardo.

Entendemos por trabalhadores e trabalhadoras nacionais ou apenas *nacionais*, pequenos agricultores, posseiros e foreiros, vulgarmente nomeados de “caipiras” ou “caboclos”.⁴ Descendentes da mestiçagem étnica e cultural entre indígenas, brancos, e posteriormente negros escravizados e libertos, na sociedade paulista do século XIX, estes grupos tiveram origem nos processos das incursões bandeirantes e dos aldeamentos nos ermos de São Paulo ainda nos 1600.⁵ No período estudado, viviam majoritariamente de uma cultura de subsistência, baseada em agricultura, extrativismo, comércio e em trabalhos temporários para fazendeiros ou outros pequenos proprietários. As nomenclaturas como *nacionais* ou *brasileiros* vêm da oposição construída entre esses sujeitos e os trabalhadores imigrantes europeus pelas elites rurais brasileiras nos debates sobre a substituição da mão de obra escravizada, em especial a partir da segunda metade do século XIX.⁶

Devido à origem racial e à implantação concreta da política de imigração europeia, os nacionais foram marginalizados pelo poder público e se tornaram alvos de estereótipos negativos

de índio: uso comum e conflito. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. COTTYN H.; VANHAUTE E.; BEECKAERT E. Peasant frontiers as a research strategy: peasant resilience and the reproduction of common land rights. **Continuity and Change**. 37(1), p. 43-68, 2022. RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

2 THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 14.

3 Ibidem, p. 256.

4 MOURA, Denise A. Soares de. **Saindo das sombras**: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Área de publicação CMU/ Unicamp, 1998. NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra**: representações dos brasileiros. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e a pobreza: 1890-1915. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. TESSARI, Cláudia Alessandra. **Braços para a colheita**: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo: Alameda, 2012.

5 CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: Edusp, 2017. MONTEIRO, John. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

6 LAMOUNIER, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção das ferrovias em São Paulo, 1859-1890. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 353-372, abr.-jun. 2007.

a respeito de sua inabilidade para o trabalho, vadiagem, propensão a vícios, entre outros. Em 1918, por exemplo, foram representados na obra *Urupês*, de Monteiro Lobato, como sujeitos portadores de doenças, imobilidade e parasitismo social, que seria o oposto do colono rural de origem estrangeira.⁷ Nos debates intelectuais da primeira metade do século XX, a respeito da formação social e histórica brasileira, eram entendidos como elementos intermediários, escassos e de pouca importância entre os latifundiários e escravizados, estratos de “desagregação social”, segundo Caio Prado Jr., ou “párias inúteis”, na visão de Gilberto Freyre.⁸

Porém, abordagens sociológicas e historiográficas de autores como Antonio Candido, Peter Eisenberg e Maria Lúcia Lamounier demonstraram que esses nacionais eram categorias da classe trabalhadora muito mais articulada, ativa e resistente do que as visões negativas que ainda imperavam ao seu respeito durante boa parte do século XX.⁹ Por meio destes e de autores mais contemporâneos como Denise Moura e Casé Angatu, o nacional foi apresentado como trabalhadores e trabalhadoras dinâmicos e presentes na sociedade paulista do passado, atuando em relações informais e sazonais de trabalho, não apenas nas regiões rurais do oeste cafeeiro, mas também no ambiente urbano, a exemplo de sua presença na formação do espaço da capital na virada do século XIX para o XX, como carroceiros ou vendedores ambulantes.¹⁰

Quando mobilizamos neste artigo o conceito de *território*, estamos pensando em noções diversas da concepção clássica da geografia que o relaciona à constituição ideológica e simbólica dos Estados-Nações modernos.¹¹ *Territórios* são, além de compostos de dimensões políticas e culturais, *campos de força* contendo importantes teias de relações sociais, que criam perspectivas diversas para grupos e classes sociais.¹² Além disso, são elementos importantes para a constituição de categorias distintas da classe trabalhadora, sua troca de experiências e a criação de redes sociais, culturais e políticas.¹³

Colocadas essas questões, queremos pontuar que foi comum para os primeiros pesquisadores do ABC Paulista a visão do território do ponto de vista mitológico e simbólico,

7 NAXARA, op. cit., 1998, p. 25.

8 FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora, 1981. p. 36. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 344. GAZINHATO, Lucas Silva; MENEZES, M. Aparecida de; MARINHO, M. G. Silva Martins Cunha. Trabalhadores e trabalhadoras nacionais do antigo ABC Paulista na segunda metade do século XIX e início do XX. **Revista Trabalho Necessário**, v. 22, n. 49, p. 1-25, 5 dez. 2024.

9 EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. LAMOUNIER, op. cit., 2007. CANDIDO, op. cit., 2017.

10 MOURA, op. cit., 1998. SANTOS, op. cit., 2003.

11 SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. HAESBAERT, Rogério. Território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 55, 18 dez. 2023.

12 CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr.-out. 2007, p. 52.

13 HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan.-jun. 2003. SAVAGE, Mike. Espaços, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, 2011. SILVA, Maciel Henrique. De ruas estreitas e outros espaços: as domésticas de Recife e Salvador (1870-1910). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 58-85, jan.-jun. 2011. MACEDO, Francisco Barbosa de. A greve de 1980: redes sociais e espaço urbano na mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 136-165, jan.-jun., 2011.

ou seja, como parte de narrativas que por vezes estiveram preocupadas com idealizações em torno da formação de mitos de origem local e sua associação com momentos específicos da história, para legitimar ações do presente.¹⁴ Pesquisadores como Octaviano Gaiarsa e Roberto Botacini,¹⁵ entre outros, muitas vezes buscaram na vila quinhentista de Santo André da Borda do Campo, e na figura de um de seus moradores, João Ramalho, um derivado do espírito pioneiro paulista, elaborado a partir do século XIX, que daria explicação para o desenvolvimento econômico a partir das primeiras décadas do século XX. Porém, esses elementos contidos na vila e na figura de João Ramalho só “despertaram” com a inauguração das ferrovias, depois de 1867, dos núcleos coloniais e da chegada dos imigrantes europeus em 1877. Nesse meio tempo de três séculos, a região estava encoberta por um “sono”, usando a alegoria de Octaviano Gaiarsa, por sua função histórica como formadora da identidade paulista.¹⁶ Essa visão, em certa medida, relega ao período anterior do despertar deste “espírito pioneiro” do território do ABC Paulista, pouco significado para experiências desse intervalo ou que não dialogassem com seus elementos.

José de Souza Martins, ao discutir sobre a construção do imaginário da imigração em São Caetano do Sul, no século XIX, período da formação dos núcleos coloniais, aponta como este imaginário entrou em choque com fatos históricos concretos:

A concepção épica da imigração e do caráter pioneiro do assentamento agrícola esbarravam, portanto, numa *história em curso* e numa história já feita com a participação dos escravos da antiga Fazenda e dos moradores do bairro, uma história desenhada na obra humana da paisagem: a capela barroca, a casa-grande e as senzalas, a fábrica de telha e louça, o pátio-jardim transformado em praça que ainda existe [...] A concepção de uma *história* que começava com os imigrantes que estavam chegando esbarrava na realidade de uma *história que continuava* a partir da inflexão do curso representada pela imigração. Esta era a História, a obra do trabalho, da relação do Homem com a Natureza. Aquela era a fantasia, a obra simbólica do imaginário.¹⁷

O imaginário do imigrante, seu destino pioneiro construído antes mesmo de sua chegada, entrava em choque com uma história já em curso, “obra humana da paisagem”. Veremos neste artigo como alguns atores desta *história em curso* desenvolveram o território local, com concepções e noções oriundas de várias influências, e algumas de suas ações, reações e reivindicações quando se tentou modificar esse território bruscamente, sem a sua participação ou ciência.

As ações dos nacionais que discutimos neste artigo se constituíram em torno de alternativas possíveis de resistência e protesto, tanto para suas condições sociais como para as relações de trabalho, baseadas no extrativismo e na pequena agricultura. Por isso,

14 SOUZA, op. cit., 2000.

15 BOTACINI, Roberto; SILENE, Maria. **Cem anos de colonização italiana no ABC**. Ribeirão Pires: Editora Combrig, 1976. BOTACINI, ROBERTO. **Ribeirão Pires... sua história**. Santo André: Diário do Grande ABC, 1979. GAIARSA, Octaviano A. **A cidade que dormiu três séculos**: Santo André da Borda do Campo, seus primórdios e sua evolução histórica. Santo André: Prefeitura Municipal, 1968.

16 GAIARSA, 1968, op. cit., p. 33. PEREZ, SANDRA. **Santo André: a invenção da cidade**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

17 MARTINS, José de Souza. **O imaginário na imigração italiana**. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2003. p. 65 (grifos do autor).

mobilizações duradouras, como greves e paralisações, eram na maioria das vezes práticas inviáveis de resistência, sendo seu processo expressado em outras formas de ações e enfrentamentos, que eram, muitas vezes, despercebidas ou, como aponta James Scott: “caso [...] notadas, raramente são consideradas socialmente significativas.”¹⁸ Essas ações de revolta e protesto, em muitos casos, segundo George Rudé, eram formadas pelo encontro da ideologia *inerente*, oriunda da cultura popular e de transmissão oral, e a ideologia *derivada*, que absorve preceitos e ideias formais de terceiros, como a defesa de direitos, cidadania e afins.¹⁹ Então, mobilizando o conjunto de costumes e valores construídos em torno de suas posições de classe e do território, como comentado acima, estamos conectando suas ações a questões mais longas e duradouras do que um aparente espontaneísmo ou revolta sem lastro com a experiência histórica.²⁰

Observando as mobilizações operárias locais do início do século XX, podemos entender a influência que um movimento dialético do território teve na identidade trabalhadora, como a ocupação das ruas do então distrito de Santo André, após o assassinato do operário Constantino Castellani pela polícia, em 1919, e a visita a seu túmulo entre as gerações posteriores do operariado local, até a atuação dos Comitês Populares Democráticos (CPD) nos bairros, nas décadas de 1930 e 1940, durante a ditadura do Estado Novo.²¹ Também no final dos anos 1970, no período de ascensão do chamado “novo sindicalismo” e as greves nas grandes montadoras, podemos observar a importância que as ruas, bairros, locais de lazer e a própria cidade tiveram como ponto de resistência e troca de informações e experiências dos operários daquele momento.²² Ou, mais recentemente, a disputa por outras questões culturais e políticas como as ocupações das escolas públicas pelos secundaristas, em 2015, e a defesa do uso da região central de São Bernardo do Campo para a realização da batalha de rap da matriz demonstram como esta discussão é um fator de relevância atual.²³

Boa parte de nosso embasamento documental neste artigo vem dos documentos encontrados, nos anos de 2024 e 2025, no Arquivo do Estado de São Paulo, em consequência de nossa pesquisa de doutorado sobre o trabalho, cotidiano, resistências e experiências dos nacionais da freguesia de São Bernardo no século XIX. Iniciamos a busca nos fundos e coleções comuns aos pesquisadores que versaram sobre a região do ABC Paulista no século XIX, a exemplo da seção “Colônias”, do fundo do Ministério da Agricultura, que contém documentos interessantes sobre o planejamento e o início dos núcleos coloniais de São Bernardo e São Caetano. Porém, a pesquisa no fundo “SSP Polícia”, com uma série de ofícios de delegados

18 SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 217-243, jan.-jul. 2011. p. 226.

19 RUDÉ, op. cit., 1982, p. 27.

20 THOMPSON, op. cit., 1998. SAVAGE, op. cit., 2011.

21 FRENCH, John D. *Industrial Workers and the Origins of Populist Politics in the ABC region of Greater São Paulo, Brazil, 1900-1950*. 1985. Tese (Doutorado em Filosofia) – Yale University, New Haven, 1985.

22 ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia no trabalho: o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978-1980*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. MACEDO, op. cit., 2011.

23 Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2015/escolas-de-santo-andre-ocupadas/>, <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3864591/batalha-de-rima-gera-polemica-em-sao-bernardo>. Acesso em: 23 jun. 2025.

e subdelegados da província de São Paulo trouxe à tona informações importantes para a discussão de novas abordagens da história local do século XIX.

Organizamos o artigo em três partes. Primeiro, discutimos sobre as possíveis origens de noções do território abordada da freguesia de São Bernardo e seu desenvolvimento na sociedade ao longo do século XIX, apresentando algumas observações sobre o cotidiano da população nacional. Na segunda e terceira parte, discutimos o contexto e o desenrolar dos dois acontecimentos apresentados acima no ano de 1883, o confronto entre colonos nacionais e alemães e a ocupação e quebra do açude do italiano Palharini Veneri.

O uso da terra em São Bernardo: permanências indígenas, sesmaria de Amador de Medeiros, logradouros públicos e suas (re)interpretações

MESMO ANTES do início da colonização da região que veio a ser conhecida como ABC Paulista, podemos encontrar uma série de topônimos utilizados pelos povos indígenas das proximidades para a descrição de partes do território, como *Caaguaçu* (“mato alto”), *Capuava* (“local para roçado”), *Canhema* (“curso de água pequeno”), *Jurubatuba* (“local com muitos jerivás”), *Tijucuçu* (“local com muito barro”), entre outros.²⁴ Esses nomes são indícios de noções antigas que o território teria como local de utilização de recursos naturais, as suas águas, por exemplo, pelos povos originários. Lembremos que o entorno da região, seja pelo litoral ou planalto, era habitado e interseccionado entre os povos Guianá, Tupinambá, Marmimi, Tupiniquim etc.²⁵ Muitos desses povos, a exemplo dos Tupinambás, tinham características seminômades, o que pode corroborar para o interesse de nomear locais de acesso, conhecer rotas para circulação ou mesmo de utilização de terras alheias.²⁶

Se observarmos o contexto de formação do povoado de Santo André da Borda do Campo, elevado a vila no ano de 1553, podemos dar melhor argumento para esse indício. Uma das principais causas do interesse português ao estabelecer a vila foi o melhor acesso aos campos da parte sul do planalto, seja para a vigilância da expansão espanhola sertão adentro e para o contato com povos Carijós, para a escravização de sua mão de obra.²⁷ Em carta de 1556, o padre Manoel da Nóbrega aponta que Santo André era rodeada por “muitas povoações de índios”.²⁸

24 MARTINS, José de Souza. A formação do espaço regional do Tijucuçu e de São Caetano. **Revista Raízes**, n. 5, 1991. ANTIQUEIRA, Virgílio. **Cada nome uma história: dos nomes geográficos de São Bernardo do Campo aos nomes das ruas e vilas do bairro Rudge Ramos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

25 MONTEIRO, John. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. In: VÁRIOS. **Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, Yankatu Editora, 1984. p. 23.

26 FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como conhecimento crítico ao conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. MONTEIRO, op. cit., 2022.

27 MONTEIRO, op. cit., 1984. PEREZ, op. cit., 2010.

28 Cf. MONTEIRO, op. cit., 2020, p. 281.

Segundo relatos do período, Santo André da Borda do Campo tinha uma composição étnica diversificada, composta majoritariamente de mamelucos e indígenas Tupiniquins, naquele momento aliados dos portugueses contra os Tamoios. Apesar do fato de estar vindo do Paraguai e influenciado pelos jesuítas espanhóis, em 1554, o viajante alemão Ulrico Schmidel descreveu a vila como “cova de bandidos”, posição muito similar aos membros paulistas da Companhia de Jesus, que taxavam o local como antro pagão, muito provavelmente pela alta quantidade de indígenas.²⁹ Em 1560, a vila é extinta devido aos constantes conflitos entre seus moradores e grupos da confederação dos Tamoios, sendo a população transferida para a Vila de São Paulo de Piratininga, com alguns caminhos, próximos a Santo André da Borda do Campo utilizados por viajantes, destruídos e bloqueados por ordem da Coroa portuguesa.³⁰

Em paralelo ao desmonte de Santo André da Borda do Campo, territórios de seu entorno foram sendo incluídos em sesmarias doadas a colonos. Cortavam praticamente todo o território do ABC atual as sesmarias de Ruy Pinto, Pero de Góes, Braz Cubas, Bartholomeu Carrasco, Pedro da Silva, Luiz da Gram e Amador de Medeiros.³¹ Essas sesmarias eram, em caso de não utilização do território, transformadas em terras devolutas, absorvidas pela monarquia portuguesa ou doadas novamente caso fossem pedidas.

Dedicaremos especial atenção à sesmaria doada para Amador de Medeiros, pois, séculos depois, partes dela foram palco dos acontecimentos que serão discutidos mais à frente. Amador de Medeiros fora ouvidor da capitania de São Vicente e residia em Santos desde o ano de 1543.³² Pediu à Coroa terras para a formação de propriedades agrárias, roçados e criação de gado, sendo recebidas do capitão Pedro Colaço em 11 de novembro de 1561.³³

A sesmaria, transcrita no livro de tombos do Mosteiro de São Bento, em 1571, descreve o território recebido por Amador de Medeiros e as suas proximidades:

Que pedia hum pedaço de terra, q' parte pelo Rio da Tamandatiiba, junto de huã rossa que Jão Dias tem junto a Inhoaiba, e dali cortará direito a hum pico alto e redondo, q' se mostra do Campo estar uma cumiada alta, como tudo se mostra de huã cruz, q' está no caminho, q' vai de Santo André para S. Paulo, q' huã pedra de curisco quebro, q' se diz, q' João Ramalho pos alý. e do dito pico alto irá pela dita cumiada sepre athe ir dar no caminho [...] e tornar a dar no dito Rio de Tamandatiiba, e por elles assima athe onde comessor a partir; e assim outro pedaço de terra, q' parte do Ipiranga com terras de Antonio Pinto, e com os capões, q' vam para a banda de Itatiba, e com terras de Antonio Rodrigues de Almeida, e de Jorge Moreira pa banda de Piratininga; e das outras bandas cm campos [...] O q' visto por mim seo dizer, e pedir ser justo, e eu saber ser assim tudo, o q' o dito Supplicante em a dita sua petição relatava, lhé dou as terras conteudas em sua petiçam pelas demarcações em ellas alegadas, e declaradas em nome do Senhor Martim Affonso de Souza,

29 PEREZ, op. cit., 2010, p. 98.

30 MONTEIRO, op. cit., 1984. PEREZ, op. cit., 2010.

31 SAMPAIO, Theodoro. Um problema histórico-geográfico: onde foi o assento da vila de Santo André da Borda do Campo. In: **São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. XIV, Topografia do Diário Oficial, 1912. MARTINS, op. cit., 1991.

32 SANTOS, Wanderley dos. **Antecedentes históricos do ABC Paulista: 1550-1892**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1992. GAIARSA, op. cit., 1968.

33 MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973. GAIARSA, op. cit., 1968. SANTOS, op. cit., 1992.

Governador *não entrando os campos, que ficção para os gados do commum*, as quaes terras lhé dou conforme as sesmarias [...] ³⁴ (grifos nossos)

Observamos que a demarcação da sesmaria encontra partes do termo de Santo André, na qual a vila quinhentista foi instalada, além das partes próximas ao rio Tamanduateí e aos campos do planalto. Além disso, partes destes últimos eram destinadas ao gado comum, ou seja, eram logradouros públicos destinados ao uso da população para a pecuária.

A questão dos logradouros desta sesmaria é retomada por Theodoro Sampaio em suas pesquisas sobre a localização de Santo André da Borda do Campo, fruto do debate que se desenvolveu entre a intelectualidade paulista na primeira metade do século XX.³⁵ Ao comentar sobre a já citada sesmaria do padre Luiz da Gram, indica que, em 1580, o religioso pediu para que seu pedido de sesmaria fosse modificado, e, em vez de suas posses serem ao longo do rio do Piratininga, optou em terras na direção do litoral, por via do novo caminho de Jeribatiba. Segundo Theodoro Sampaio, isso ocorreu por dois motivos:

Quer isso dizer que já nesse tempo não havia mais terras por conceder no campo de Piratininga, já porque estavam postadas todas, já porque, em partes, gozavam delas os moradores, como dum logradouro público.

[...] Mas se já não havia mais terras por conceder no campo de Piratininga em 1560, porque razão as do tamanduatiba, campo acima até o Ponto Alto ficaram devolutas ou ainda estavam devolutas em 1571, quando as requerem para si em sesmaria o ouvidor Amador de Medeiros e lhe concedeu o capitão-mor Pedro Calaço, logar-tenente do donatário?

A razão é que essas terras eram logradouro público, ocupados a princípio pelos moradores e vizinhos de Santo André, compreendendo-se o próprio assento da população.³⁶

Por meio dessa discussão feita por Sampaio, observamos que as terras de logradouros públicos tinham importância próxima à própria sesmaria, dada a decisão do padre Luiz da Gram em pedir a transferência de suas concessões.

No século seguinte, partes da sesmaria de Medeiros estavam em posse do capitão Duarte Machado, Manuel Temudo e Miguel Aires Maldonado, este último genro de Amador de Medeiros, sendo todas elas doadas à Ordem de São Bento durante a década de 1630.³⁷ Em torno de 1717, ocorre a fundação da capela em homenagem a São Caetano, na parte doada por Duarte Machado e Fernão Dias, que havia adquirido as antigas terras de Manuel Temudo, na região vizinha de Tijucuçu, e, no mesmo ano, outra capela para São Bernardo nas terras doadas por Maldonado, fazendo com que houvesse a partir disso uma modesta concentração de moradores em suas proximidades, em sua maioria mestiços, ou “bastardos”, como eram denominados.³⁸

34 Cf. **Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. São Paulo: O Mosteiro, 1977. p. 100.

35 Ver SANTOS, op. cit., 1992. PEREZ, op. cit., 2010.

36 SAMPAIO, op. cit., 1912, p. 32 e 33.

37 **Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade de São Paulo**. São Paulo: O Mosteiro, 1977.

38 MARTINS, José de Souza. **A escravidão em São Caetano, 1598-1871**. São Caetano: Associação Cultural, Recreativa e Esportiva Luiz Gama, 1988a. MARTINS, op. cit., 1991.

Na virada do século XVIII para o XIX, surgiram mais habitantes que utilizavam a terra alheia no território beneditino, por meio de pagamento de foro, caridade ou pela falta de meios para os frades controlarem as posses.³⁹ Manoela Pedroza, ao discutir sobre as práticas de posseção e apropriação de terra no Brasil em uma perspectiva de longa duração, aponta que era comum a ideia da “propriedade partida” durante boa parte do período colonial e do Império.⁴⁰ Ela se baseava no entendimento de domínios distintos dentro de uma mesma posse, como o “domínio direto” dos senhores e o “domínio útil” da produção rural. Isso foi resultado do desenvolvimento do processo de sesmarias a partir do século XVI, do qual começaram a surgir novas práticas de senhorio entre sesmeiros, inclusive de ordens monásticas, como os jesuítas, criando formas de cobrança e de foro no partilhamento da terra, que permaneceram no Brasil até meados do século XX.⁴¹

Com a formação da freguesia de São Bernardo, em 1812, as terras beneditinas foram inseridas nela e, em 1829, o território da ordem é aumentado com a incorporação da região do Moinho Velho, também resquício da sesmaria pertencente a Amador de Medeiros.⁴² Por volta da década de 1850, com as fazendas beneditinas já em declínio, em especial a de São Caetano, que no século anterior foi proeminente na produção de utensílios de barro com mão de obra de escravizados, começam a surgir pedidos de foreiros e posseiros para títulos de propriedade. Segundo José de Souza Martins, seria uma maneira de interpretar “ao pé da letra, a carta da sesmaria de Amador de Medeiros”,⁴³ já que muitas partes dos antigos espaços de logradouros públicos estavam nos domínios beneditinos. Além disso, essa interpretação veio da passagem de informação entre os moradores da região e proximidades sobre a utilização livre daquele território, não necessariamente o conhecimento do conteúdo da sesmaria em si, ressignificado pela utilização das terras da ordem. Marco Antônio Both da Silva aponta questão semelhante na freguesia de Santa Efigênia, no ano de 1861, quando foi detectado pela Diretoria de Terras Públicas que moradores estavam utilizando terras alheias entendidas por eles como de uso comum, sendo enviado pela Presidência da província o engenheiro José Porfírio de Lima para averiguar a questão.⁴⁴

E como a terra na freguesia era utilizada no século XIX? No ano de 1854, o subdelegado João José de Oliveira descreve ao delegado de polícia da capital algumas características das atividades econômicas de São Bernardo. Aponta que existe uma agricultura de subsistência em torno da produção de mandioca, milho e feijão, este último em menor quantidade

39 MARTINS, op. cit., 1973.

40 PEDROZA, Manoela. Da invenção dos senhorios coloniais à reprodução da propriedade partida até o século XX: analisando algumas mentalidades possessórias e práticas proprietárias de longa duração na história do Brasil (Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil). In: MOTA, Maria Sarita; SECRETO, María Verónica; CHRISTILLINO, Cristiano Luís (org.). **A terra e seus historiadores**: lições de história agrária na América Latina. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

41 PEDROZA, op. cit., 2023, p. 91.

42 SANTOS, op. cit., 1992.

43 MARTINS, op. cit., 1973, p. 90.

44 SILVA, Marco Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar ‘uma quinta parte da atual população agrícola’. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 87-107, jul.-dez. 2015. CASTRO, op. cit., 2009, p. 98.

devido à qualidade do solo.⁴⁵ Não ocorriam atividades de mineração e o pasto de gado era reservado a poucas pessoas a caráter de consumo pessoal e não de venda.⁴⁶ Junto ao documento, o subdelegado ainda anexa a relação de três pequenas fábricas de chá, duas utilizando feitores escravizados e uma com um feitor livre.⁴⁷ Essa pequena descrição nos dá uma ideia de alguns fatores importantes sobre o cotidiano da freguesia de São Bernardo do século XIX. A produção da agricultura de subsistência foi uma das principais atividades da população local, nesse período majoritariamente composta por trabalhadores e trabalhadoras nacionais pobres.⁴⁸

Em 1856, o novo subdelegado Francisco Martins Bonilha notificou o envio para a capital de três jovens, Joaquim P., João Francisco de Assis e José Ribeiro para o ofício de praça. No entanto, ele aponta uma questão delicada:

Remeto a V. Ex^a os três polícias que me foram [...] exigidos, e é para lastimar-se que estes pobres homens sejam desviados agora de suas pequenas lavouras, tempo em que se fazem as plantações do que resulta sofrerem no decurso no ano falta de mantimentos além de outras privações, a vista do que já de benefício fazia V. Ex^a desta pobre gente se lhe fosse possível dispensá-los do destacamento fazendo-os regressar às suas casas.⁴⁹

O apelo do subdelegado evidencia o caráter da produção de uma agricultura de subsistência da população local. Vale lembrar que o ofício de praça no século XIX era exercido por indivíduos das camadas mais pobres.⁵⁰ As atividades agrícolas sofriam muita dependência das estações do ano específicas para plantio e colheita, sendo inclusive fator de influência na visão cultural dessa população nacional, origem das festividades e dos mitos caipiras paulistas. Por isso, o apelo de dispensa do subdelegado levava em conta um fator vital para os trabalhadores e trabalhadoras nacionais da freguesia, dado que suas pequenas plantações iriam ser usufruídas por outras pessoas do seu entorno. Para termos uma noção da preocupação do subdelegado, a data do documento, 23 de agosto, estava próxima de um dos ciclos mais intensos de plantação de feijão e milho nas sociedades camponesas paulistas, localizado entre os meses de setembro e novembro.⁵¹ O território da freguesia de São Bernardo como um todo era fator essencial para a população de nacionais que nela habitavam nas primeiras décadas do século XIX, seja para a utilização de seu solo para a pequena agricultura, o extrativismo de madeira, a circulação

45 Relatório do subdelegado João José de Oliveira enviado para o delegado de polícia da capital Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, datado de 7 de janeiro de 1854. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2468.

46 Ibidem.

47 Relação das fábricas de chá que existem no distrito da Freguesia de São Bernardo no ano de 1854, datado de 7 de janeiro de 1854. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2468.

48 Ainda em 1729, uma lista feita para o governador da capitania de São Paulo já apresentava as regiões de São Bernardo e Caaguaçu como locais de significativa concentração “bastarda”, um dos nomes atribuídos a mestiços de brancos com indígenas pobres. MARTINS, op. cit., 1988a, p. 12. A população crescia de maneira modesta, sendo em 1836 composta de 1.347 pessoas, 590 brancos, 427 pardos e 330 pretos. FRENCH, op. cit., 1985. É possível compreendermos que uma grande porcentagem dessa população identificada como branca era composta na realidade de indivíduos mestiços e caboclos, dados os apontamentos realizados por Lima Moraes.

49 Relatório do subdelegado Francisco Martins Bonilha enviado para o delegado de polícia da capital Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, datado de 23 de agosto de 1856. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2472.

50 MOURA, op. cit., 1998.

51 Ibidem. TESSARI, op. cit., 2012. CANDIDO, op. cit., 2017.

de mercadorias e atividades comerciais em torno do Caminho do Mar, importante estrada que ligava a capital com o litoral.⁵²

Sobre o uso de terras por posseiros, é importante apontar que, da independência à criação da Lei nº 601, de 1850, conhecida como a Lei de Terras, não houve regulação jurídica sobre a posse e uso de terras no Brasil, já que a Constituição de 1824 apenas garantia o direito à propriedade privada, sem discutir como esta seria adquirida. Durante esse tempo, ainda imperou o trâmite jurídico das sesmarias, baseados nas Ordenações Filipinas, sendo as propriedades em muitos casos repassadas e utilizadas de forma livre e sem o controle do Estado.⁵³ Com a implantação da Lei de Terras, ocorreu a tentativa de, por força da lei, proibir a aquisição de terras particulares, devolutas ou logradouros públicos que não fossem pela compra dentro dos moldes legais, dado que o governo imperial fez a reapropriação de antigos territórios coloniais. A Lei nº 601 tentou definir critérios jurídicos e uma formalidade para a aquisição de terras no Brasil, procurando delimitar os bens públicos dos privados por meio de um discurso unitário de posse legal.⁵⁴

Porém, mesmo após a implantação da Lei de Terras, ainda havia dificuldades para a delimitação correta de fronteiras em propriedades rurais, devido à falta de funcionários públicos para o trabalho e à influência que a apropriação via sesmaria mantinha nas relações sociais do mundo rural, assim como a permanência de modos de partilha e posse da terra, oriundos do período colonial, como comentado acima.⁵⁵ O poder dos grandes proprietários nas estruturas das províncias imperiais gerou ações de usos e desusos da Lei de Terra ao seu favor, como, por exemplo, na taxação de pequenos posseiros como “invasores” de terras, negando ou questionando o modo de ocupação do solo pela lógica costumeira, ademais nos atos de coerção, expulsão e violência contra trabalhadores rurais, momentos nos quais a lei era ignorada.⁵⁶

Com a inauguração das estações ferroviárias da linha Santos-Jundiaí, a partir de 1867, seguida da formação dos núcleos coloniais dez anos depois, houve mudanças na dinâmica social e espacial de partes da freguesia de São Bernardo. Os novos loteamentos locais tiveram como foco a compra e venda de terrenos próximos à linha ferroviária, objeto de especulação imobiliária e o berço de futuras fábricas na virada do século.⁵⁷ As colônias de São Caetano e São Bernardo trouxeram mão de obra estrangeira, nesse primeiro momento, das regiões italianas de Lombardia e Vêneto, que se estabeleceram em antigos territórios de posse beneditina comprados pelo governo imperial.⁵⁸ Em ambos os casos, as duas ações se realizaram alheias às dinâmicas do território elaboradas pelos nacionais que, como observamos, partilhavam

52 SCIFONI, Simone. **O verde no ABC**: reflexões sobre a questão ambiental urbana. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. MARTINS, op. cit., 1973.

53 MOTTA, Márcia Maria Mendes. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor do Brasil (1822-1850). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

54 SILVA, op. cit., 2015.

55 MOTTA, op. cit., 2008. PEDROZA, op. cit., 2023.

56 MOTTA, op. cit., 2008. SILVA, op. cit., 2015.

57 MARTINS, op. cit., 1992.

58 MARTINS, op. cit., 1973. SANTOS, op. cit., 1992.

experiências históricas de plantio do solo, extração de bens naturais e circulação, diferentes da concebida após a implantação das ferrovias, como veremos mais à frente.

Contudo, os trabalhadores e trabalhadoras nacionais da freguesia não ficaram pacíficos quanto às mudanças, sendo inclusive mobilizados em torno delas e de concepções territoriais divergentes, como veremos a seguir.

Colonos nacionais e alemães em conflito

Em 19 de janeiro de 1883, o consulado do Império Germânico encaminha o seguinte ofício ao chefe de polícia de São Paulo:

Alguns colonos alemães dirigiram-se várias vezes a este consulado, queixando-se que os vizinhos deles fizeram entrar seu gado nas suas plantações, causando desta maneira grandes prejuízos.

Em consequência disso aconselhei a eles a dirigir-se à autoridade da terra, o subdelegado de S. Bernardo por intermédio de Gustavo Rathsam, colono alemão e proprietário em S. Bernardo, a quem conheço como homem honrado e prudente, é que serviu aos colonos como intérprete vindo do Sr. Subdelegado.

As queixas dos colonos ficaram baldeadas. O colono Daniel Pross perdeu seu trabalho de três anos. Os malfeitores até roubaram a casa dele, onde ele morava só, e lhe dirigiram ameaças de maneira, que ele se viu obrigado de refugiar na casa do Rathsam.

Enquanto ele esteve ausente de sua casa, veio lhe a notícia que tinham incendiado sua casa, que de fato ele achou perfeitamente destruída pelo fogo.

O colono dirigiu-se outra vez a mim e eu denunciei o fato à Polícia desta capital e pedi providências.⁵⁹

O documento do consulado germânico expressa preocupação ante o fato relatado pelos colonos alemães. Ele aponta um caso grave de violação de propriedade, com a invasão do gado nas terras de Daniel Pross e ações de hostilidade dos moradores da freguesia, expressas em ameaças e na queima da residência do colono. O fato de o texto ter sido enviado diretamente ao chefe de polícia da capital demonstra certo tom de urgência.

Mas e quanto ao subdelegado de São Bernardo, João Antonio de Camargo, o qual as queixas foram inicialmente feitas por outro colono, Rathsam? Mais adiante, no documento, encontramos a resposta:

Ora, em resposta a um ofício do Sr. Chefe de Polícia ao Sr. Subdelegado de S. Bernardo, este está acusando os colonos alemães em geral, e entre eles ao Rathsam principalmente, que estivessem provocando os moradores nacionais, amassando armas e que já atiraram em uma mulher.

O Rathsam está negando tudo isso, e como eu lhe conheço como homem verdadeiro, estou pessoalmente convencido da parcialidade do subdelegado.

[...] Por isso repito meu pedido, que V. Ex^a desse com urgência as pessoas

59 Documento anexo ao ofício n. 75, 2ª seção, Secretária de Polícia da Província de São Paulo, 23 de janeiro de 1883. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2623.

necessárias a fim que os colonos tenham o seu direito e para evitar consequências tristes.⁶⁰

A parcialidade do subdelegado é exposta neste trecho, já que acusa os colonos alemães de terem sido os responsáveis pelo início da confusão, tendo disparado ofensas e ferido uma mulher nacional. Também dá crédito às palavras do colono Gustavo Rathsam, citando-o como alguém de confiança, proprietário e pacífico. A intervenção do consulado e a palavra do representante germânico era algo de muito prestígio e podia ter peso legal devido aos interesses do governo imperial de manter boas relações com países europeus que estavam enviando mão de obra em regime de colônia.⁶¹ Apesar das dificuldades que encontrava ao chegar ao Brasil, o imigrante europeu dispunha, mesmo que de maneira bem rudimentar e pouco funcional, de um corpo jurídico ao qual podia recorrer, aliado à atuação dos consulados, elementos que o trabalhador nacional não dispunha. Ao contrário, muitas vezes o aparato legal que o contemplava tinha como objetivo a vigilância e a tentativa de implantar disciplinas aos regimes formais de emprego da sua mão de obra, a exemplo da Lei de Locações de Serviços, de 1879, que regularizava o emprego tanto para nacionais quanto para estrangeiros, sendo os primeiros cerceados por uma série de punições e penalidades caso quebrassem os contratos de trabalho.⁶²

Porém, dias antes da nota do consulado, um ofício do subdelegado João Antonio de Camargo abordou a questão do conflito acima sob outro ângulo:

Levo ao conhecimento de V. Ex^a o seguinte: no dia onze do corrente, queimou uma casa que era coberta de tábuas [...] propriedade de um alemão que residia na beira da borda do campo, deste distrito, no dia doze, foram seis ou mais alemães armados de espingardas e revólveres, ao lado da casa que se achava queimada, quando esta turma de alemães achava-se no lugar da queima, passara a mulher e filha de Pedro Teixeira de Lima, que vinham da fonte para sua casa, neste ato o alemão de nome Gustavo Radke, passou uma grande descompostura com palavras injuriosas chamando-a de ladra, e deu-lhe um tiro mas a carga não acertou, com isto a mãe e a filha fugiram para o mato, e esse Gustavo declarou em vozes alta que dentro de três dias haver a dar fim de toda a família, segundo dou informações por esta família.

Exm.^o Snr. sou informado que estes alemães conservam em si muitos armamentos, o fim para que não sei.

Também sou informado que no dia dez do corrente, tendo entrado um boi de Francisco de Paula Rodrigues, na cultura de alemão de nome Gustavo Radke, neste ato foi Rodrigues tirar seu boi, quando apresentou na roça Radke e mais dois alemães armados de espingardas, e nessa ocasião não consentiram que o irmão de Rodrigues entrou na roça ajudar a tirar o boi, nessa ocasião Gustavo Radke pôs a espingarda em ponto para atirar o irmão de Rodrigues, ao depois disto obrigou a Rodrigues a pagar-lhe dez mil réis sem que isto valesse o dano; Rodrigues pagou por temer a morte, de modo que este alemão não larga da espingarda, assim como seus patrícios, eu não tenho desarmado a eles por falta de força, isto que digo a V. Ex^a é a mesma verdade, porque hoje quando fui proceder o auto de corpo de delito na casa

60 Ibidem.

61 TESSARI, op. cit., 2012.

62 LAMOUNIER, Maria Lúcia. O trabalho sob contrato: a Lei de 1879. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 101-124, mar.-ago. 1986.

queimada, encontrei com o mesmo alemão Gustavo Radke armado de uma espingarda de dois canos.⁶³

A descrição do subdelegado apresenta novas nuances. A primeira questão são os nomes envolvidos no conflito. No caso dos alemães, temos outro sujeito, Augusto Radke, descrito como alguém bastante agressivo e hostil. No caso dos colonos nacionais, o primeiro citado, Pedro Teixeira de Lima, cuja filha foi quase atingida por um tiro, consta em documento de matrícula geral dos colonos em 1895. Ele tinha 53 anos na época do ocorrido, analfabeto, oriundo do Ceará e classificado como antigo morador da freguesia.⁶⁴ Pedro Teixeira de Lima também não consta como eleitor nas listas de qualificação dos anos de 1855 a 1880, o que indica que nunca possuiu renda anual acima de 200 mil réis, critério mínimo para a função de eleitor.⁶⁵ O outro, Francisco de Paulo Rodrigues, era agricultor, natural de São Bernardo, do distrito de Pilar e tinha 23 anos.⁶⁶ Então, os dois colonos nacionais e suas famílias tinham vínculos mais antigos com a freguesia, antes da instalação dos núcleos coloniais. Porém, é interessante observarmos como a atuação destes como colonos demonstra outra forma de assegurar a propriedade no antigo território beneditino e da antiga sesmaria de Amador de Medeiros. Isso pode indicar uma continuidade da ideia do uso do território, atualizada no contexto dos núcleos coloniais.⁶⁷

A postura agressiva do colono alemão Gustavo Radke, devido à invasão de um animal ao pasto, descrita pelo subdelegado como algo corriqueiro, visto o tom que aplica ao fato, pode indicar concepções distintas sobre propriedade, dado que muitos europeus chegavam com um imaginário estabelecido ainda na terra natal sobre a aquisição de terrenos privados, mais aos moldes “modernos” de posse da terra, como apontado na introdução deste artigo.⁶⁸ A noção de um “individualismo possessivo”, segundo Manuela Pedroza, vinha em especial da influência inglesa em outros países europeus e americanos durante o século XIX, baseado na “liberalização” da posse de terra, aos moldes capitalistas, em especial em torno do cercamento e da defesa da propriedade privada.⁶⁹ Isso pode ser corroborado pelo valor que Radke quis

63 Relatório do Subdelegado da Freguesia de São Bernardo ao Delegado de Polícia da Capital, 15 de janeiro de 1883. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2625.

64 Livro de Matrícula dos Colonos do Núcleo Colonial de São Bernardo (Linha São Bernardo Velho), APESP, E12013. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDITCINCSBE12014027.jpg. Acesso em: 14 ago. 2024.

65 Lista de qualificação dos votantes, 1855,1856,1857, 1858,1859, 1861, 1862,1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1878, 1879 e 1880. **Fundo Secretaria de Governo da Província**, APESP, C05911.

66 Livro Matrícula dos Colonos do Núcleo Colonial de São Bernardo (Linha dos Meninos), APESP, E12014. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDITCINCSBE12014029.jpg. Acesso em: 14 ago. 2024.

67 Um registro do ano de 1894 sobre o núcleo colonial de São Bernardo, na Linha dos Meninos, podemos observar que a maioria dos colonos nacionais era composta de antigos moradores da própria freguesia ou oriundos de Santo Amaro, local próximo, ligada por uma extensão da estrada do mar, no qual os moradores mantinham relações antigas com São Bernardo. Livro Matrícula dos Colonos do Núcleo Colonial de São Bernardo (Linha dos Meninos), APESP, E12014. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDITCINCSBE12014029.jpg. Acesso em: 14 ago. 2024.

68 BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. Dossiê: história do trabalho e dos trabalhadores: novas abordagens. **Tempo**, 18 (33), 2012. LANNA, Ana Lúcia Duarte. Aquém e além mar: imigrantes e cidades. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 873, p. 871-887, jul.-dez. 2012.

69 PEDROZA, op. cit., 2023, p. 99.

cobrar pela invasão do animal e o suposto dano de três anos de trabalho, algo que aparenta certo exagero. Pelos nacionais, a circulação de um animal era algo comum no território, dado o caráter de logradouro público que partes da região sempre tiveram, que talvez até resultasse em pouco controle da pequena pecuária. A imagem negativa que havia sido construída a respeito do trabalhador nacional pelas elites brasileiras, em certa medida foi transmitida para os imigrantes, o que motivava conflitos ou mesmo atribuía a certos ofícios caráter marginal e de decadência, como o corte de madeira, que muitos europeus realizaram nos primeiros anos das colônias.⁷⁰

Posteriormente, em outro texto, o subdelegado traz novos elementos ao fato:

Recebi o ofício que V. Ex^a me dirigiu em data de dezoito do corrente, no geral me ordena que colha os esclarecimentos do incêndio da casa do colono alemão, foi casual ou não; Tenho a responder a V. Ex^a que eu tenho empregado todos os esforços ao meu alcance, a fim de descobrir o autor do incêndio, o que até a presente data não me tem sido possível descobrir, antes fui informado por uma pessoa fidedigna que reside no distrito desta Freguesia, que quando vinha de São Paulo para sua casa, ao passar pela casa onde incendiou, que viu um fogo em uns cavacos que estavam junto a casa, em vista dessa informação que tive, julgo que o incêndio foi casual, e mesmo por causa da grande [...] que havia naquela quadra.

Quanto ao que V. Ex^a me ordena que abra inquérito a fim de ser processado o alemão Gustavo Radke, fico na delinquência de descobrir testemunhas, a fim de dar princípio ao respectivo processo; é o que tenho a comunicar a V. Ex^a.⁷¹

Apesar da hipótese do subdelegado, embasada em informações com pouco lastro de conclusão, a questão do incêndio fica sem desfecho. Mas, analisando o que foi apresentado, podemos indagar se ele foi algo casual. A maneira como Radke e os outros colonos alemães reagiram nos fornece indícios de que o incêndio foi uma maneira de vingança dos nacionais pela truculência anterior. A impossibilidade da reação espontânea à agressividade, ao exemplo da arma apontada para a cara do irmão de Francisco de Paulo Rodrigues, talvez tenha levado a algo mais sorrateiro. As ações “anônimas” ou mesmo as “dissimuladas” foram formas comuns de resistência de grupos sociais marginalizados durante a história.⁷² Além disso, a questão do armamento era algo que a polícia da província tentava prevenir há algum tempo.⁷³ Talvez por isso, os colonos nacionais, moradores mais antigos da freguesia, estivessem mais acostumados a uma vigilância do porte de armas e já tivessem estabelecido outras formas de resistência e confronto.

Em resumo, o fato discutido acima parece ter sido motivado por um conflito em torno de noções distintas de propriedade e uso da terra, mais baseada na especulação e expectativa

70 GAZINHATO; MARINHO; MENEZES, op. cit., 2024. BARBOSA, op. cit., 1975. MARTINS, op. cit., 1992. SANTOS, op. cit., 1992.

71 Relatório do Subdelegado da Freguesia de São Bernardo ao Ilm.º Sr. Dr. Delegado de Polícia da Capital, 27 de janeiro de 1883. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2625.

72 SCOTT, op. cit., 2011.

73 Um ofício de 1º de janeiro de 1854, do subdelegado João José de Oliveira em resposta para o delegado da capital, relata a apreensão de armas brancas na freguesia, como facas, já proibidas na província de São Paulo. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2468.

de posse privada em um novo país, e outra construída localmente, não apenas de circulação do espaço, mas também de reapropriação do território no novo contexto dos núcleos coloniais, e os atritos que ocorreram entre elas.

A quebra dos arredores do moinho de Palharini Veneri

“ESTÚPIDO PRETEXTO de reivindicar a tiro os logradouros públicos”. Assim o jornal *A Província de São Paulo* comentou sobre a ocupação e quebra do sítio de Paulo Hamelin em 1º de abril de 1883, na região do Moinho Velho, que naquele momento fazia parte de São Caetano, antigo território beneditino. Os atores de tal ação foram descritos como “uma horda de desordeiros e malfeitores açulados por alguém que se esconde”.⁷⁴ Este fato já foi discutido por José de Souza Martins e por nós em outro momento.⁷⁵ Martins também apontou um possível pano de fundo político maior para tal questão, dado que os envolvidos no conflito foram defendidos juridicamente por Carlos Garcia, republicano, enquanto Paulo Hamelin, proprietário do sítio, era político conservador.⁷⁶ Mesmo levando em conta tal peleja política, a mobilização de muitas pessoas, o jornal aponta 34 processados,⁷⁷ e as ações justificadas pelo bloqueio que Hamelin havia feito de áreas de circulação e uso comum demonstram motivos dos próprios nacionais da região. Além disso, tal fato não foi isolado, pois meses antes, em 6 de setembro de 1882, o mesmo jornal reportava que, na madrugada do dia anterior, a propriedade da turca Gracia Amzalak, localizada na região do Cambuci, antiga colônia da Glória, havia sido invadida e depredada por uma “legião de canibais enfurecidos”.⁷⁸ Os invasores quebraram por volta de 240 metros de cerca e quase colocaram abaixo a pequena caserna que a proprietária havia estabelecido no local. Tal fato não foi mais discutido nas páginas do jornal, apenas mencionado na primeira reportagem sobre os acontecimentos do Moinho Velho.⁷⁹

O fato a seguir ocorreu entre os dois acontecimentos citados acima e traz à luz não só outro pedaço dessas mobilizações, mas também evidencia melhor os motivos para tais ações. As localidades dos três eventos, Cambuci, Moinho Velho e São Bernardo Velho, encontravam-se dentro ou muito próximas das posses de Amador de Medeiros e os logradouros públicos que as cercavam envolveram ações similares de ocupação e quebra de cercas e bloqueios.

74 **A Província de São Paulo**, p. 2, 21 abr. 1883. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18830421-2426-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 7 mar. 2024.

75 GAZINHATO; MARINHO; MENEZES, op. cit., 2024. MARTINS, op. cit., 1973. MARTINS, op. cit., 1992. MARTINS, op. cit., 2015.

76 MARTINS, op. cit., 2015, p. 116.

77 **A Província de São Paulo**, p. 2, 26 abr. 1884. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18840426-2729-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 5 abr. 2024. Para mais detalhe, ver GAZINHATO; MARINHO; MENEZES, op. cit., 2024.

78 ATO de vandalismo. **A Província de São Paulo**, p. 2, 6 set. 1882. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18820906-2242-nac-0002-999-2-not>. Acesso: 14 ago. 2024.

79 **A Província de São Paulo**, p. 2, 5 abr. 1883. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18830405-2412-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 29 set. 2023.

Em 1881, o Italiano Palharini Veneri, proprietário de lote na linha colonial de São Bernardo Velho,⁸⁰ aparece, nas atas de 17 de agosto da Câmara Municipal de São Paulo, pedindo que fosse anulado o embargo feito na obra de um moinho e açude que estava construindo na margem do rio Tamanduateí.⁸¹ O dito embargo surgiu de reclamações da população das proximidades que, em junho daquele ano, havia enviado um abaixo assinado à Câmara, relatando que as obras de Veneri estaria

fazendo com grave prejuízo dos habitantes da localidade, visto que com essa construção ficam os moradores sem água limpa para beber por ser feito o açude sobre o rio dos Couros que corre na freguesia e de cujas águas se serve a população.⁸²

A nota demonstra que a motivação do reclame veio da obstrução que tal obra fazia ao uso do afluente para ações cotidianas, como o acesso à água limpa para consumo. Mais à frente, é dito que na assinatura de tal documento constava o nome de “pessoas ali consideradas”, o que aponta que tal bloqueio juntou ou pelo menos conseguiu o apoio de indivíduos de posição social mais alta que o grosso do local, composto por nacionais e os recém-instalados imigrantes. Os afluentes do Tamanduateí na região, como o rio dos Couros e o dos Meninos eram de uso secular, a exemplo do transporte dos produtos feitos pelos escravizados das fazendas beneditinas, em especial a de São Caetano, desde meados do século XVII. A lenha cortada nos terrenos ermos e a produção nas olarias de produtos como louças e telhas era levada à capital utilizando navegação em canoas grandes, no período de cheia, e pequenas, no período de seca.⁸³

Sobre o embargo, a Câmara elencou um grupo para ir até a freguesia averiguar a questão. Após a visita, foi concluído que a obra de Veneri não atrapalhava o acesso às águas e alguns dos indivíduos que reclamavam estavam localizados a mais de uma milha do moinho, sendo o embargo retirado.⁸⁴ Porém, se analisarmos tal questão, podemos interpretar que o uso do dito afluente do Tamanduateí era de essencial importância para a população de um entorno mais amplo do que a linha de São Bernardo Velho.

Em 23 de julho de 1882, Palharini pede em ofício redigido ao presidente da província de São Paulo a oficialização de seu terreno, não totalmente regularizado.⁸⁵ No documento, seu lote é localizado à direita da propriedade de outro colono italiano, Planta Constante, e à esquerda do colono cearense José Joaquim de Oliveira. Além disso, no lote de Palharini ficavam as ruínas da antiga capela beneditina, já em estado de desmoronamento. No mesmo

80 Das 13 linhas do núcleo de São Bernardo, a de São Bernardo Velho foi uma das primeiras, já no ano de 1877, com 19 lotes. BARBOSA, 1975, op. cit., p. 99.

81 SÃO PAULO, Prefeitura do Município de. **Atas da Câmara da Cidade de S. Paulo**, v. LXVII. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1950. p. 25.

82 Cf. MARTINS, op. cit., 1973, p. 180.

83 MARTINS, op. cit., 1988a, p. 14.

84 MARTINS, op. cit., 1973, p. 180.

85 Ofício dirigido ao Ilm.º Exm.º Sr. Dr. Presidente da Província de São Paulo, datado de 23 de julho de 1882. APESP, C07165. Disponível em: https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/nucleos_coloniais/SACOPDITCINCSBC07165007001.jpg. Acesso em: 10 set. 2024.

documento, o colono afirma que o moinho não era apenas para seu uso, mas auxiliaria também os habitantes do entorno.⁸⁶ Então, podemos compreender melhor a região na qual o lote de Palharini estava localizado, dentro de um território com antigo histórico de conhecimento local.

Dois anos depois da anulação do embargo, em 1883, encontramos o seguinte ofício enviado ao delegado de polícia pelo subdelegado João Antonio de Camargo:

Acuso o recebimento do ofício que V. Ex^a me dirigiu em data de vinte e sete de março próximo findo, e sob o número cento e sessenta e três, no qual me recomenda que procure instantemente indicar sobre o que sucedeu nesta Freguesia em um moinho que pertencia ao súdito Italiano Palharini Veneri, o qual nesta data passo a informar a V. Ex^a:

Primeiro, que eu em meu sítio que é distante da freguesia uma légua, de nada soube do que se passava, pois de quatro ou cinco dias, é que me foi conhecimento de que *um grande grupo de homens e mulheres foram ao lugar onde se achava um açude que trancava a água que serve aos habitantes desta freguesia, e aí arrombaram o dito açude e soltaram a água, ficando o rio no seu natural.*

Segundo, consta-me mais, que antes de ser arrombado este açude pelo povo, *Palharini Veneri prendia a água, o que fazia um grande mal aos habitantes desta freguesia, e quando lhe parecia soltava, e nesta ocasião a enchente levava as roupas que se achavam em diversas aguadas.*

Terceiro, consta-me mais que grande grupo de povo que foram arrombar o açude, *não subiram no moinho, o qual nessa ocasião deixara em perfeito estado* (grifos nossos).⁸⁷

O ofício relata a quebra dos arredores e do açude do moinho de Palharini Veneri. O documento aponta grande número de homens e mulheres, novamente reforçando como esse bloqueio era fator delicado para a população, que nesse período ainda era majoritariamente composta por nacionais. Além disso, é interessante notar, e o ofício de certa maneira enfatiza, que a ação teve como objetivo retornar o fluxo das águas ao seu estado natural, dado que os ocupantes, possivelmente em sua maioria nacionais, não danificaram ou invadiram o moinho, distanciando da maneira como as outras ações e seus atores foram citados pelos órgãos da imprensa. Talvez o subdelegado, interlocutor do documento, por ser morador da freguesia, entendesse a importância que a utilização dos recursos naturais tinha para a população.

Ao tentarem em um primeiro momento os meios legais, que não deram certo, os moradores da freguesia decidiram mobilizar-se por conta própria, fosse para resolver a questão ou chamar a atenção para a permanência do problema. Talvez os resultados negativos, via o Legislativo, se acumularam com as mudanças no território, a implantação das ferrovias e a reorganização pelos lotes coloniais, os quais não tiveram nem o seu consentimento ou consulta. E, mesmo com a defesa de Veneri sobre o açude, ele continuava tendo certo controle dos fluxos das

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ofício do subdelegado João Antonio de Camargo para o Ilm.^o Exm.^o Sr. Dr. Chefe de Polícia da capital, 2 de abril de 1883. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2623.

águas do rio, o que prejudicava ainda mais a população.⁸⁸ O consenso popular naquele ato foi objetivo em destruir as obstruções ao uso hídrico.

Adiante, o documento ainda nos esclarece mais alguns elementos:

Quarto, dizer ele que tinha procedido a construção do moinho com todas as formalidades legais, não é verdade, por que quando ele trouxe para esta freguesia o pinteiro José Antonio de Moraes e Silva residente na Vila de Santo Amaro, para fazer o dito moinho, em razão das águas ser servidão pública, e que de antes deste tempo foi feito um pari, este pari foi destruído.

Quinto, tenho certeza que os habitantes desta freguesia, fizeram um abaixo assinado à Câmara Municipal, pedindo o embargo do dito moinho, como de facto sucedeu (grifos nossos).⁸⁹

Neste trecho, é o próprio subdelegado que aponta irregularidades na obra do dito moinho, acrescentando a destruição de um pari que ali existia, objeto feito para a captura de peixes. Essa questão demonstra que a obra de Veneri não apenas paralisou o uso das águas do rio como também interferiu na alimentação e subsistência dos moradores. O subdelegado também alertou o delegado da província sobre o embargo anterior feito à obra, que vimos ter sido derrubado pela Câmara de Vereadores.

Assim como o conflito entre os colonos nacionais e os alemães que relatamos anteriormente, a conclusão dessa questão nos é desconhecida até o momento. Porém, tanto o conflito da invasão quanto a quebra do açude apresentam mobilizações de nacionais que contém elementos de reivindicação e justiça popular, estabelecida por redes de relações e experiências fundamentadas em direitos costumeiros de uso da terra e das águas por moradores da freguesia de São Bernardo.

Considerações finais

OS TRABALHADORES e trabalhadoras nacionais que habitavam a freguesia de São Bernardo, desde meados do século XVIII, antes da implantação das ferrovias e dos núcleos coloniais, são objeto de pouca atenção nas obras históricas, sociológicas e memorialísticas a respeito do ABC Paulista, aparecendo como coadjuvantes de outra narrativa. Costumam ser associados a um longo período intermediário entre a formação e o fim da vila de Santo André da Borda do Campo, no século XVI, e os dois fatores citados acima na segunda metade do século XIX, o período do “sono” de quase 300 anos, fazendo alusão ao pesquisador local Octaviano Gaiarsa.

88 O próprio Palharini Veneri já havia sido alvo de reclamações da população, tanto nacional como imigrante, antes dos acontecimentos de 1883. Por exemplo, em 11 de fevereiro de 1879, um também italiano de nome Emílio denunciou que Veneri, quando tinha uma venda em seu terreno, lhe disparou um tiro após desentendimento, na madrugada do dia 6 para o dia 7 do mês anterior. Ao ser intimado para depor, Palharini Veneri foi agressivo, ofendendo o subdelegado e os moradores nacionais próximos a sua residência. Ofícios do Subdelegado Francisco Antonio Mariano para o Ilm.º Exm.º Sr. Dr. Chefe de Polícia da Capital, 14 de janeiro e 11 de fevereiro de 1879. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2588.

89 Ofício do subdelegado João Antonio de Camargo para o Ilm.º Exm.º Sr. Dr. Chefe de Polícia da capital, 2 de abril de 1883. **Fundo SSP Polícia**, APESP, CO 2623.

Porém, por meio de nossa pesquisa, estamos descobrindo uma população que, apesar de quase sempre modesta em números, compunha e atuava como agente histórico em uma complexa rede de relações, fundamentadas em costumes, hábitos e ofícios, muito vinculados à ocupação e à elaboração do território. Algumas questões permaneceram entre as experiências populares ao longo dos séculos, como o caráter de uso comum dos logradouros públicos no entorno da sesmaria de Amador de Medeiros, os sítios beneditinos e sua política de foro e posse ou mesmo o contexto anterior da região, dentro da lógica dos povos originários. Todo esse conjunto de acontecimentos foi sendo indiretamente e informalmente perpassado pela existência nacional na região, composta majoritariamente por mestiços, ex-escravizados e libertos.

A cultura de subsistência e a pequena agricultura se encontravam com as atividades comerciais em torno do Caminho do Mar, que ligava Santos à capital. O corte da madeira era ofício de destaque, que a população nacional realizava não apenas para o seu consumo, mas, também, como objeto de escambo e venda. Já a agricultura tinha como função a existência, girando em torno da dieta básica do milho, feijão, arroz, mandioca etc. Além dessas atividades, o uso dos recursos naturais, como a água dos rios, marcou locais de referência para o uso costumeiro na freguesia.

Os usos e costumes sofreram uma série de rupturas, principalmente após a implantação da Lei de Terras, de 1850, que instituiu a posse de terra mediante a venda ou compra. Com a implantação das ferrovias, em 1867, partes do território da freguesia de São Bernardo, antes utilizados para a agricultura e extrativismo, tornam-se rentáveis, não só para a alocação da futura indústria próxima à linha ferroviária, mas também para a implantação de colônias com foco na imigração europeia e a disponibilidade de mão de obra e produtos agrícolas.

Porém, não só esse projeto não deu certo, dadas as paupérrimas condições das quais esses imigrantes foram vítimas nos primeiros anos das colônias de São Caetano e São Bernardo, como ele não levou em conta o complexo trançado de relações, redes e costumes por parte dos nacionais com o território, como vimos ao analisar os fatos ocorridos no ano de 1883. Seja uma concepção distinta sobre as formas de uso da terra e o teor da defesa da propriedade, a exemplo do conflito entre colonos nacionais e imigrantes, ou pela quebra do açude que bloqueava o uso das águas de afluentes do Tamandateí, as noções do uso comum da terra não eram apenas combustível de reação, mas valioso recurso de reivindicação de direitos fundamentados em valores e regras costumeiras das trabalhadoras e trabalhadores nacionais.

Recebido em: 23/06/2025

Aprovado em: 30/10/2025